



Presidente do CRN da OM critica formação médica especializada

A medicina do ministro Paulo Macedo

Miguel Guimarães

A revisão dos diplomas que regulavam a formação médica especializada (internatos médicos) associada às declarações públicas dos responsáveis do Ministério da Saúde, não deixam qualquer dúvida sobre a medicina que o ministro Paulo Macedo quer para Portugal.

A qualidade da medicina praticada pelos médicos portugueses tem tido como base uma formação especializada de elevado nível integrada no conceito e na existência de carreiras médicas, que ao longo de dezenas de anos tem constituído o principal pilar do nosso SNS.

O ministro Paulo Macedo, entusiasmado com a magia dos números e indicadores de gestão, decidiu reduzir de forma desastrosa o Orçamento do Estado para a Saúde e desprezar a humanização e qualidade da medicina. Centrou a sua política nas finanças, desvalorizou as pessoas, e o SNS ressentiu-se revelando sinais públicos de insuficiências graves.

A sua política teve como consequência uma centralização excessiva dos cuidados de saúde nos grandes hospitais públicos e privados, em detrimento da medicina de proximidade ao nível dos cuidados de saúde primários, dos hospitais periféricos e da medicina privada dos consultórios médicos.

Os resultados finais são conhecidos de todos os portugueses.

Como consequência direta das suas opções, apesar de Portugal ser o 4º país da CE e o 5º da OCDE com mais médicos no ativo por mil habitantes e formar quase 2000 médicos por ano, existe uma perceção de falta de médicos em algumas especialidades, absolutamente confrangedora perante a desorganização e falta de planeamento que tem presidido à sua política de saúde.

No seu conjunto, as alterações introduzidas na formação médica especializada mostram um total desprezo pelos jovens médicos e pela qualidade da medicina. Reduz a autonomia para o exercício da medicina em dois anos, elimina a formação prática geral em medicina e empurra os estudantes recém-formados para a linha da frente sem qualquer respeito pelos doentes e pelas normas e regras existentes.

Deixa em aberto a possibilidade de os médicos internos prestarem mais de 12 horas de trabalho normal em serviço de urgência, contrariando em absoluto o objetivo essencial do processo formativo, e elimina a existência de prazos para a divulgação do mapa de vagas e opções dos candidatos, promovendo a insegurança e a desigualdade numa fase crucial da vida dos jovens médicos.

Adicionalmente promove ainda mais a redução da formação e o aumento da autonomia dos médicos internos ao impor a

existência nos programas de formação das especialidades de “atos médicos no âmbito da correspondente especialidade, que possam ser desenvolvidos com autonomia pelos médicos internos, em particular, no último ano de formação.” Isto é, atos médicos especializados sem supervisão do especialista, o que significa menos segurança e mais risco para médicos e doentes. O que na prática pode significar a redução de mais um ano na formação médica.

A intenção do ministro é clara. Diminuir custos e tempo de formação e escravizar e humilhar os jovens médicos pela ausência de regras. Mais ainda, nada está a ser feito pelos responsáveis políticos no sentido de evitar a existência de médicos indiferenciados, o que a acontecer nas circunstâncias previstas pela atual legislação significa um retrocesso sem precedentes na qualidade da medicina e dos cuidados de saúde.

Já todos entendemos que medicina o ministro quer para o país. Uma medicina de ‘guerra’, normalizada e desumanizada, a retalho, centrada em grandes superfícies, em parte realizada por outros profissionais de saúde, com médicos e doentes de primeira e segunda categoria, em que a autonomia precoce para o exercício da medicina e da especialidade passe a ser a solução para todos os problemas. E com total desprezo pela qualidade e pela relação médico-doente. Não é esta a medicina que queremos.